

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE
PEDAGOGIA DA UNESP**

Juliana Jeronymo Fernandes, Rosimar Bortolini Poker, Suzilene Colantonio

Eixo 5 - A formação de professores na perspectiva da inclusão
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

Desde a década de 1990 o governo brasileiro tem assumido a política educacional inclusiva provocando transformações na organização e funcionamento da escola e, também, na prática pedagógica utilizada pelo professor. Toda a diversidade de alunos, inclusive os alunos com deficiência, passaram a ter o direito de frequentar as salas regulares, o que implica em um modelo de formação docente amparado em novas competências e conhecimentos. Nesse contexto a pesquisa pretendeu conhecer e analisar a situação dos seis cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista, verificando se estão adequados à política e legislação vigentes, e se formam o professor para atuar na perspectiva da educação inclusiva. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental tendo como base a análise qualitativa dos Projetos Pedagógicos dos cursos. Os critérios de análise se pautaram no estudo sobre: a fundamentação filosófica; o perfil do profissional; os objetivos e a grade curricular dos cursos. Os resultados mostraram diferença significativa entre os Projetos Pedagógicos em todos os aspectos. Constatou-se discrepância entre a quantidade de disciplinas, a carga horária e os conteúdos a respeito da inclusão. Conclui-se assim que há necessidade de se discutir e pensar em um novo modelo de formação que garanta ao professor, durante o curso de Pedagogia, a oportunidade de ter acesso a conhecimentos e desenvolver competências necessárias para atuar na perspectiva educacional inclusiva. Palavras-chave: Projeto Pedagógico de Curso; educação inclusiva; curso de pedagogia.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNESP¹

Juliana Jeronymo Fernandes²; Suzilene Colantonio³; Rosimar Bortolini Poker⁴.
UNESP, Marília.

Introdução

O Projeto Pedagógico dos Cursos pode ser entendido como um elemento norteador das ações educativas, o qual se vincula a um projeto histórico social, trazendo uma forma específica de a instituição compreender o seu papel na sociedade.

Segundo Oliveira (2004) todo projeto pedagógico possui uma intencionalidade, é ele quem indica um norte, um rumo na qual determinada instituição pretende seguir, retratando, portanto, a identidade da instituição. O projeto pedagógico, por isso mesmo, é sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Pode-se consolidar esse argumento com Veiga, que este afirma:

Todo projeto supõe **rupturas** com o presente e **promessas** para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. (VEIGA, 1995, p.12).

Veiga (1995) defende ainda que, o projeto pedagógico é um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Sendo assim, compreender o papel político da instituição de ensino, a forma como ela contraditoriamente se vincula a um determinado projeto de sociedade, é fundamental para discutir a importância e o significado que o Projeto Pedagógico dos Cursos assume na organização do trabalho pedagógico.

¹ Projeto de pesquisa financiado pelo Programa Observatório da Educação – OBEDUC (Edital / CAPES nº 49/2012).

² UNESP - Universidade Estadual Paulista. Bolsista OBEDUC / CAPES, aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília – SP – Brasil. <ju_fernandes_94@hotmail.com>

³ UNESP - Universidade Estadual Paulista. Bolsista OBEDUC / CAPES, professora da rede pública de ensino de São Paulo <suzi_colantonio@hotmail.com>

⁴ Professora do Departamento de Educação Especial, da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília / São Paulo / Brasil. <poker@marilia.unesp.br>

De acordo com Severino (1998) o Projeto constitui-se em um conjunto articulado de propostas e programas de ação delimitados, planejados, executados e avaliados em função de uma finalidade que se pretende alcançar e que é previamente delineada mediante a representação simbólica dos valores a serem efetivados.

Na construção do projeto educacional de um curso nos deparamos, portanto com a necessidade de respondermos a seguinte questão: Para que queremos esse curso? Que profissionais e que sociedade queremos formar? Quais os objetivos do curso? Como deverá ser o seu trabalho pedagógico para atender os objetivos propostos? Estas perguntas nos fazem assumir uma clara direção de projeto de sociedade que queremos construir, dos profissionais que queremos formar nesta instituição de ensino, quais conhecimentos e qual cultura será valorizada no trabalho educativo do curso. Além disso, no projeto pedagógico é preciso ficar claro o perfil do futuro profissional que se pretende alcançar, se o discente vai trabalhar com o saber de experiências propostos pelo curso, que relação vai estabelecer com a política e legislação vigente, como os diferentes atores sociais vão participar da construção e organização do trabalho pedagógico escolar que irá desenvolver.

É importante ter clareza da intencionalidade de que o projeto expressa que é a identidade da instituição educacional. Essa intencionalidade é percebida na totalidade da ação educativa proposta pelo projeto do curso. Depois, na práxis, é onde o curso irá assumir os fundamentos teóricos e epistemológicos de sua ação educativa. A instituição não deve, portanto construir o seu projeto como mera formalidade, mas sim, deve retratar os referenciais teóricos e metodológicos que a subsidiam. A partir da análise desse aparato teórico, é possível verificar que o Projeto Pedagógico constitui-se em um valioso instrumento para analisar os princípios epistemológicos que fundamentam um curso e, no caso do presente estudo, permite conhecer se os cursos de pedagogia estão sendo organizados de acordo com a política e legislação vigentes que se pautam no paradigma da educação inclusiva. Afinal, a política atual defende e aponta de forma explícita a inclusão escolar. Isso pode ser constatado pela legislação nacional que sustenta e subsidia a organização dos sistemas educacionais no país.

A Constituição Federal do Brasil (1988) destaca que a educação é direito de todos, que o ensino deve ser ministrado com princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com garantia de atendimento de educação especial preferencialmente na rede regular nas salas regulares de ensino, onde se tenha o pleno desenvolvimento da pessoa e a universalização do atendimento escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990) também prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, salienta o direito ao atendimento

educacional especializado a pessoas com deficiências, assegurando trabalho protegido para esses adolescentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) coloca a escola em lugar de destaque com o objetivo pleno de desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de cidadania e qualificação para o trabalho, deixando claro que o ensino especial é uma modalidade e deve ser perpassado por todos os níveis de ensino, sendo a classe regular o lugar em que preferencialmente o aluno com Necessidades Educacionais Especiais deve estudar.

O Plano Nacional de Educação (2001) prevê padrões mínimos de infra-estrutura das escolas para atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, além de estabelecer outras metas e objetivos para tal alunado.

Quanto a formação de professores, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2006, ressaltam que é muito importante que os futuros professores devam conhecer as políticas de educação inclusiva e compreenderem suas implicações organizacionais e pedagógicas, para a democratização da Educação Básica no país. A inclusão não é uma modalidade, mas um princípio do trabalho educativo às necessidades educacionais especiais são exigências constitutivas da educação escolar, como um todo. Por conseguinte, os professores deverão sentir-se sempre desafiados a trabalhar com postura ética e profissional, acolhendo os alunos que demonstrem qualquer tipo de limitação ou deficiência.

Oliveira (2004) afirma que a proposta de uma educação inclusiva caracteriza-se como uma nova possibilidade de reorganização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto pedagógico: flexível, aberto, dinâmico. Projeto capaz de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas. [...] Falar em uma educação inclusiva é, exatamente, tocar nesses aspectos nevrálgicos da organização. Estrutura e funcionamento de todo o nosso sistema educacional. (OLIVEIRA, 2004, p. 79-80). Assumir, portanto, uma proposta emancipatória do projeto político pedagógico de escola, que passa por construir uma prática pedagógica de inclusão, requer, entre outros elementos, que os educadores e a equipe pedagógica conheçam a realidade social em que atuam, compreendam seus determinantes, o que implica em um novo modelo de formação inicial de professores. Para Garcia, construir um projeto político pedagógico, numa perspectiva inclusiva, exige:

(...) reorientar radicalmente o currículo, em todos os seus aspectos, desde a organização das turmas, a escolha de cada professor ou professora para cada grupo de alunos, o horário de aula, a seleção dos conteúdos culturais que na escola ganham o nome de conteúdos

pedagógicos, a escolha dos materiais didáticos, das metodologias e didáticas, ao tipo de relação que se dão na sala de aula e no espaço fora da sala de aula, a relação da escola com as famílias dos alunos e com a comunidade circundante e até a repensar a avaliação em suas consequências nas vidas dos alunos. (GARCIA , 2003, p.8).

Verifica-se então que para reestruturar a escola com base nesse novo paradigma torna-se fundamental se pensar na formação dos professores. Tal formação precisa ser condizente com o novo modelo educacional vigente.

Diante desse contexto é importante conhecer e analisar de que forma os Projetos Pedagógicos dos cursos de pedagogia estão sendo elaborados e organizados, ou seja, se os princípios epistemológicos que fundamentam os cursos estão caminhando em direção à consolidação de uma formação inicial do professor na perspectiva educacional inclusiva.

Objetivos

O objetivo da presente pesquisa foi conhecer e analisar, por meio do estudo dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), se tais cursos contemplam uma formação inicial do professor com base nos princípios da educação inclusiva. Pretendeu-se conhecer de que forma os cursos de Pedagogia acatam a política e a legislação vigentes e se estão organizados para promover uma formação docente capaz de preparar o futuro professor para atuar com a diversidade, sabendo atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiências inseridos nas salas regulares de ensino.

Material e métodos

Inicialmente, foram coletados os Projetos Políticos Pedagógicos dos seis Cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Posteriormente foi realizado estudo e análise comparativa entre os Projetos Pedagógicos por meio das informações contidas nos referidos documentos a respeito da educação especial e/ou educação inclusiva. A análise dos Projetos baseou-se em critérios de elegibilidade construídos a partir de estudo teórico a respeito dos indicadores de formação de professores na perspectiva educacional inclusiva e na legislação vigente que trata da formação de professores. Teve como base as seguintes categorias: Fundamentação Filosófica; Perfil do Profissional; Objetivos e a Grade Curricular do curso.

Resultados e discussão

Após analisar comparativamente os projetos pedagógicos dos seis cursos de Pedagogia da Unesp, com base nas seguintes categorias: fundamentos filosóficos, perfil profissional, objetivos e grade curricular, foi possível constatar o seguinte:

Cursos de Pedagogia da Unesp	Fundamentos Filosóficos	Perfil Profissional	Objetivos	Grade Curricular Disciplinas
<u>Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara/SP</u>	Não apresenta citação que trata explicitamente sobre educação inclusiva.	Cita que o conhecimento, presente nas antigas habilitações em ed. especial deve ser incorporado à formação de todo pedagogo,” de modo a prepará-lo para os desafios próprios das próprias escolas.”	Não apresenta citação que trata explicitamente sobre educação inclusiva.	- Educação especial (60H)
<u>Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília/SP</u>	Cita que o Projeto Pedagógico foi reformulado para que a grade não tenha caráter específico da educação especial, porém não deixa claro princípios inclusivos.	Não cita explicitamente no perfil profissional, a formação na perspectiva inclusiva.	No objetivo há menção sobre a formação de profissionais que atendam toda a diversidade de alunos, e que saibam identificar suas necessidades educacionais especiais.	-Fundamentos da educação inclusiva (75H) -Língua Brasileira de Sinais (45H) -Desenho Universal, Acessibilidade e Adaptações (45H); -Diversidade, Diferença e Deficiência (30H); -Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais. Obs: O curso ainda tem disciplinas optativas que tratam da educação inclusiva e o aprofundamento em Ed. Especial. Tal aprofundamento é opcional e tem carga horária de 300 horas.

<u>Instituto de Biociências -Rio Claro/SP</u>	Fez alterações no Projeto Pedagógico retirando as habilitações específicas e colocando em seu lugar a formação de especialistas da educação. Não deixa evidente princípios da inclusão.	Não cita explicitamente no perfil profissional, a formação na perspectiva inclusiva.	Não apresenta citação que trata explicitamente sobre educação inclusiva.	-Fundamentos da Educação Inclusiva (60H)
<u>Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente/ SP</u>	Cita as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006 mas não trata da temática da educação inclusiva.	Revela que o futuro professor deve ser polivalente com domínio do processo ensino-aprendizagem	Define os objetivos com base nas Diretrizes Curriculares da Pedagogia de 2006 que aponta que a formação do professor deve favorecer a construção de uma sociedade inclusiva.	-Fundamentos da Educação Inclusiva (75H) -Libras, Tecnologias da Informação e Comunicação na educação (75H)
<u>Faculdade de Ciências de Bauru – Bauru /SP</u>	Não apresenta citação que trata explicitamente sobre educação inclusiva.	Aponta que o perfil do pedagogo deverá atender os pressupostos contidos nas Diretrizes do Curso de Pedagogia, de 2006	Tem por objetivo formar profissionais que compreendam o “fenômeno educativo na sua diversidade e complexidade”. Não cita explicitamente a educação inclusiva.	-Educação inclusiva (68H) -Língua Brasileira de Sinais (68)
<u>Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas – São José do Rio Preto/SP</u>	Não apresenta citação que trata explicitamente sobre educação inclusiva.	Não cita explicitamente no perfil profissional, a formação na perspectiva inclusiva.	Não apresenta citação que trata explicitamente sobre educação inclusiva.	-Tópicos da educação inclusiva (70H)

Ao analisar os Cursos de Pedagogia da Unesp com base nesses argumentos teóricos acima expostos, verifica-se que os cursos apresentam uma base filosófica que

não incorpora explicitamente os princípios da educação inclusiva. Quanto ao perfil do professor e objetivos do curso de Pedagogia, as citações presentes em alguns Projetos Pedagógicos referem-se às Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia de 2006. Entretanto, nenhum Projeto menciona explicitamente que o perfil do profissional a ser formado ou mesmo o objetivo do curso, seja a formação na perspectiva educacional inclusiva ou o ensino para a diversidade.

Além disso, há entre os próprios cursos de Pedagogia da Unesp, uma relevante diferença de tratamento dada a questão da inclusão, diferença esta demarcada pela quantidade de disciplinas que tratam sobre educação especial/inclusiva presentes nas grades curriculares.

Especialmente sobre a questão da grade curricular, constatou-se que quatro cursos de Pedagogia (Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto) estão em uma mesma situação, pois oferecem apenas uma única disciplina a respeito da educação especial/inclusiva. Entretanto, apesar dos nomes das disciplinas dos cursos de Rio Claro e São José do Rio Preto serem equivalentes, as cargas horárias diferem. Em Araraquara a disciplina é intitulada “Educação Especial” e conta com 60 horas; em Presidente Prudente a disciplina chama “Libras, Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação” e tem 75 horas; em Rio Claro, é denominada “Fundamentos da Educação Inclusiva” e tem 75 horas e, em São José do Rio Preto, o título da disciplina é “Tópicos da Educação Inclusiva” e tem 60 horas.

O curso de Pedagogia de Bauru tem duas disciplinas em sua grade curricular que tratam da inclusão: Educação Inclusiva, de 68 horas e a disciplina Introdução do Ensino da Língua Brasileira de Sinais, também de 68 horas.

Já, o curso de Pedagogia de Marília, apesar de não apresentar explicitamente a formação na perspectiva inclusiva em seus objetivos, é o que possui o maior número de disciplinas a respeito da educação especial e/ou da educação inclusiva, se destacando dentro da Unesp. Tem cinco disciplinas obrigatórias que tratam de temas relacionados com a educação especial/ inclusiva e, em relação a carga horária, enquanto as outras unidades dedicam entre 60, 75 ou mesmo 136 horas com disciplinas que tratam da educação especial/inclusiva, o curso de Marília totaliza 270 horas sem contar com a disciplina optativa e as cinco disciplinas oferecidas para os alunos que optam pelo Aprofundamento em Educação Especial.

A partir da análise realizada é possível verificar que nem todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia da Unesp estão atendendo declaradamente as indicações da Resolução do CNE de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia e, também, a Lei Nº 10.436, de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e

expressão e instrui que os cursos de pedagogia devam garantir a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos. Sobre essa questão da presença da disciplina de Língua Brasileira de Sinais nos cursos, constatou-se que dos seis cursos de Pedagogia da Unesp, apenas três já oferecem a referida disciplina, a saber: Bauru, Marília e Presidente Prudente.

Conclusão

A pesquisa demonstrou a dificuldade que a Universidade Estadual Paulista – Unesp tem em definir para os seus cursos um perfil de profissional e propor objetivos comuns para o curso de Pedagogia de acordo com política educacional em vigor, ou seja, que atendam, as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e, também, o Decreto Federal que trata do oferecimento da disciplina de Libras. O estudo e análise dos Projetos Pedagógicos permitiu revelar que o paradigma da educação inclusiva ainda não foi plenamente incorporado pelos cursos de Pedagogia da Unesp oferecendo, em alguns casos, um modelo de formação inicial de professores que não está devidamente organizado de acordo com a perspectiva educacional inclusiva. Tal fato, irá repercutir na qualidade do ensino oferecido aos alunos provocando deficiências em sua formação pois não estarão preparados para assumir e enfrentar o desafio de fazer a gestão e de desenvolver uma prática pedagógica que promova condições de inserção, participação e de aprendizagem para todos os alunos. É notório que em uma perspectiva educacional inclusiva, o professor precisa saber ensinar para a diversidade. Tal competência depende de uma formação capaz de proporcionar uma compreensão dinâmica a respeito dos alunos, considerando que se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem, no caso, a escola e a sala de aula. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem dos alunos. Tal fato implica uma transformação geral no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, modificando a forma de lidar com os fundamentos filosóficos e epistemológicos do curso, o perfil do profissional, os objetivos do curso e, também, sua grade curricular.

Conclui-se assim que há necessidade urgente de estudos e discussões sobre as competências necessárias para o professor atuar na perspectiva educacional inclusiva, com indicação de diretrizes para a construção de um Projeto Pedagógico que favoreça o desenvolvimento de conhecimentos que possam subsidiar a prática pedagógica inclusiva. Para tanto, as Instituições de Ensino Superior precisam modificar o seu modelo de formação de professores propondo cursos fundamentados em uma nova concepção de ensino e de aprendizagem, condizentes com a política educacional e legislação vigente.

Referências

OLIVEIRA, A. A. S. **Formação de Professores em Educação Especial: a busca de uma direção**. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. e WILLIAMS (Org.) **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas S.A. 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal, UNESCO. 2001.

_____. Resolução CNE/CP 1/2006. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.

GARCIA, R. L. Desafios de uma escola que tenta incluir numa sociedade excludente. In: **Anais do II Seminário internacional Educação Intercultural, gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis, SC. 2003.

SEVERINO, A J. O projeto político-pedagógico? A saída para a escola. In: **Para onde vai a escola?** Revista de Educação da AEC, Brasília, DF (107), abril/jun.1988.

VEIGA, I .A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In:VEIGA, I. P. A. (Org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus. 1995.